



PLANEJAMENTO DO FÓRUM JUSTIÇA NO CEARÁ

No último sábado, dia 06 de abril, trinta pessoas, representantes de diversos espaços, reuniram-se para realizar o Planejamento do Fórum Justiça no Ceará. O encontro aconteceu no Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza-CE. O planejamento deu-se em torno de 4 eixos:

- Controle Social e Democrático sobre o governo do Sistema de Justiça
- Recrutamento e composição das carreiras do Sistema de Justiça
- Incidência na cultura jurídica dominante
- Acesso à justiça- estratégias coletivas

Dentre os encaminhamentos ficou deliberado que o Fórum Justiça:

- Participará da construção do Tribunal Popular que se realizará em nosso Estado;
- Acompanhará casos como da tentativa de homicídios, contra pescadores, em Curral Velho, Acaraú-CE; e o processo que julga o assassinato do líder comunitário Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte-CE;
- Dialogando com os demais atores, que estão se organizando em relação a questão, realizará Seminário sobre os Impactos da Copa;
- Confeccionará cartilha para facilitar a compreensão sobre o Sistema de Justiça e os controles existentes;
- E propugnará por espaço interinstitucional que previna as remoções forçadas

O Fórum Justiça terá reuniões bimestrais, e seu próximo encontro será dia 15 de junho.

O Fórum Justiça é um espaço aberto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil, setores acadêmicos, estudantes, agentes estatais e todas e todos interessados em discutir a justiça como serviço público e, nesse sentido, a importância de se construir uma política judicial integradora para o sistema de justiça, que compreenda ações voltadas para o reconhecimento de identidades e a redistribuição de riquezas, com participação popular. (<http://www.forumjustica.com.br/>)

Estiveram presentes as seguintes organizações:

Associação Alternativa Terrazul, Associação Cearense dos Magistrados, Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, Associação dos Juizes pela Democracia, Central de Movimentos Populares, Comunidades Eclesiais de Base, Coordenação Estadual das Pastorais Sociais, Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, Fórum Cearense de Mulheres, Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, Instituto Direitos e Movimentos Sociais Seção Ceará, Grupo Alergias e Intolerâncias Alimentares, Instituto Terramar, Justiça Federal, Levante Popular da Juventude, Movimentos dos Conselhos Populares, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Sindical, Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular